



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2024

Ata n.º 36

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no salão da ASCRATIA, na Freguesia de Ferreiras, Concelho de Albufeira, por convocatória de dezoito de outubro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação e deliberação das atas de 09-09-2024 e 27-09-2024; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Deputado Raul Ferreira; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da proposta de **alteração ao Sistema de Controlo Interno**; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2025** em 0% para todos os sujeitos passivos; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2024** em 0.3% para os prédios urbanos; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2025** em 0%; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2025** de 0%; ----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de **isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público destinado à atividade de venda ambulante, restauração ou bebidas não sedentária, artística e artesã, de novembro de 2024 a março de 2025**; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de **isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para Estabelecimentos Comerciais e de restauração ou Bebidas, nos meses e novembro de 2024 a março de 2025**; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de **Acordo de Mutação Dominial de vários troços da EN395 e EN270 entre o município de Albufeira e as Infraestruturas de Portugal, S.A;** --

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Projeto “Inclusão + Algarve para Todos” - Aviso ALGARVE - 2024-17** - Parceiras para a Inovação Social, para a implementação e desenvolvimento de projetos de inovação social, pelo valor total de 18.095,19€; -----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Execução da Empreitada Remodelação de Rede de Abastecimento de Água Páteo - Guia**, pelo valor 1.662.147,00€ + IVA; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Fornecimento de 3 Autocarros elétricos, equipados para o transporte coletivo de crianças**, pelo valor de 990.000,00€ + IVA; -----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Fornecimento de três Autocarros e duas Viaturas Ligeiras de 9 lugares, todos equipados para o transporte coletivo de crianças**, com bancos amovíveis para transporte de cadeira de rodas e plataforma elevatória de acesso, pelo valor de 1.290.000,00€ + IVA. -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Otelo Guerreiro Cabrita, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Paulo Jorge Sobral Severino, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Carla Cecilia de Oliveira Agapito Valério, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa



Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Inês Mendonça, Helena Simões, Leonardo Paço, Cláudia Raimundo. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Otelso Cabrita, Paulo Severino, Carla Valério e Rui Serôdio. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, o Município de Albufeira, recebeu a visita da Comissão Avaliadora da Candidatura a Cidade Europeia do Desporto dois mil e vinte e seis, presidida por um italiano. A mesma esteve na cidade algarvia, de dezasseis a dezoito deste mês, recebendo o dossier oficial da candidatura. A candidatura de Albufeira é que, o desporto é para todos, segundo, o Presidente Rolo, todos os desportos são iguais e, é muito importante transmitir esse valor. Albufeira tem excelentes infraestruturas desportivas, há capacidade de organizar e receber grandes eventos desportivos, a nível nacional e internacional, um forte movimento suscetível, não há dúvida nenhuma disso. Mas sinto-me muito feliz que o Presidente Rolo em dois mil e vinte e quatro se tenha inspirado pelas minhas declarações, eu vim aqui várias vezes, pedir um campo de cricket e petanca, por exemplo, Albufeira vai ganhar a nomeação, mas se não ganhar será pelas comunidades deixada para trás nestes últimos anos, as mesmas comunidades que, como temos assistido este ano, têm algumas associações ou atividades de grande interesse público, e que não são apoiadas devidamente pelo executivo camarário. Lamento muito ter visto o Presidente Rolo sorridente, aquando o primeiro-ministro Luís Montenegro, assinava aqui em Albufeira contrato de concessão, construção, exploração de dessanilizadora prevista na zona da Praia da Falésia. Acho esta obra uma decisão ineficaz, desperdício económico, uma obra perdulária, um prejuízo para a pesca e, turismo locais e, com elevado custo

ambiental. É uma decisão ineficaz, porque, no máximo da sua produção de água, produzirá menos de sete por cento do total dos consumos anuais da região, quando atualmente se perde em média quase trinta por cento de água na rede de distribuição urbana no Algarve. Será um desperdício económico, porque desvia verbas que deveriam ser aplicadas em soluções eficazes, como a reabilitação da rede de abastecimento de água, recorrendo a instalação de tecnologias para a deteção e localização de fugas, monitorização e manutenção das perdas de água e o aproveitamento das águas residuais tratadas. Será uma obra perdulária, porque se trata de uma obra que produzirá água de melhor qualidade e, é muito cara, o que conduzirá a um aumento do preço da água, sem resolver o problema da sua escassez. Será um prejuízo para a pesca, turismo locais, porque diminui a quantidade e qualidade do pescado, bem como a qualidade da água do mar. Descaracteriza, desfigura a paisagem natural da praia da Falésia, zona icónica da costa algarvia e escolhida uma das praias mais bonitas do mundo. Terão um elevado custo ambiental, porque a poluição química provocada pelas descargas salmoura, misturada com substâncias orgânicas e metais pesados, terá efeitos irreversíveis na vida marinha. Mas também quero deixar aqui uma notícia que por aí não foi falado e, nem todos sabem, os terrenos onde está prevista a dessalinizadora ainda nem foram expropriadas, portanto, longa ainda será a batalha, já se prevê uma batalha judicial também por isso, sem contar com o ecossistema, como temos visto nos últimos dias, últimas semanas, em todo o Algarve. Já está a mudar com estas algas invasoras que temos assistido, nestas últimas semanas, mas já faz tempo, já desde dois mil e vinte e um que, tem causado realmente alguns problemas também ambientais, e como vimos, por exemplo, na Praia da Galé ou na praia da Rocha, com metros e toneladas de algas marinhas." -----

Presidente da Câmara: "Cumprimento todos os presentes e todos aqueles que estão a acompanhar pelos meios eletrónicos esta Assembleia. Agradecer ao Senhor Paolo Funassi, a intervenção que fez, relativamente ao facto de a Câmara de Albufeira não apoiar algumas associações, não considero que isso seja muito verdadeiro, gostava de saber quais são as associações que não apoia e, em que medida é que não apoia, portanto gostava de saber isso, para de alguma forma, colmatar alguma falha que possa haver. Relativamente à cidade Europeia do Desporto, é uma verdade que, esteve cá a Comissão de Avaliação desta candidatura, esperando que daqui a três semanas o resultado saia, portanto, como sabe, isto é apenas Albufeira e Paredes, que é outro



candidato, portanto, esperemos que se atinja esse desiderato, que é Albufeira ser Cidade Europeia do Desporto em dois mil e vinte e seis. Isto é desafio pensado há quatro ou cinco anos, no sentido de motivar e de fortalecer ainda os laços desportivos que é precisamente com aquele slogan Desporto para todos, desde a mais tenra idade das crianças, e é preciso ver que Albufeira sendo um concelho bastante pequeno em área, é o concelho do Algarve que tem mais atletas na formação de futebol. Depois todas as outras modalidades, existem praticamente todas as modalidades em Albufeira, e isso acho que é um motivo de orgulho e, é uma forma importantíssima de investir o dinheiro que é público por aquilo que são o desempenho e o empenho de todas as direções de clubes desportivos, acho que é de saudar esse trabalho e essa desenvoltura com que desenvolvem esse trabalho em prol de tudo aquilo que é dos outros, portanto, principalmente dos atletas. Depois queria falar sobre a questão de água, é realmente um problema, embora que, é preciso que se note, a questão da dessalinizadora é uma situação que não tem a ver com a Câmara Municipal de Albufeira, obviamente, é apenas no seu território, é uma empreitada que é da responsabilidade das Águas do Algarve, tal qual como o contrato assinado entre as Águas do Algarve e o empreiteiro que foi o selecionado para executar a devida empreitada. Portanto, quanto ao resto, o estudo de impacto ambiental foi feito, esteve em discussão pública, não acarreta de maiores problemas, até porque se acarretasse maiores problemas a nós, a vizinha Andaluzia tem centenas delas a produzir água para consumo e essa água para consumo só é utilizada quando é necessário, se não for necessária a dessalinizadora pode estar parada. Depois a questão daquela reutilização das águas, poupança de água, por aí fora, como sabe, houve alguma restrição daquilo que é a água de consumo para os vários aspetos, nomeadamente lavagem de ruas, regas, mudanças de paradigma da rega. E Albufeira tem tentado, mês a mês, recebemos um quadro com o ranking dos municípios e dos clientes das Águas do Algarve que gastam mais água e, o que gasta menos água e, em Albufeira houve meses deste verão que produzimos quinze por cento relativamente àquilo que era o ano passado. Albufeira é dos concelhos que mais tem poupado em termos da questão da água para consumo, por várias razões, mudança de relva por outras espécies arbóreas, rega feita com utilização de água da estação de tratamento, lavagem das ruas também com água da estação de tratamento, redução das perdas de água, também estamos a trabalhar nesse sentido e vamos continuar, com certeza, a poupar água. Relativamente à questão



das algas, é um problema que se está a agudizar este ano, pensamos nós que será relativamente às alterações climáticas, vamos ver o que é que a natureza, como se costuma dizer, a natureza traz, a natureza leva, esperemos que leve isto das praias, porque é inglório, neste momento, andar a tirar a algas das praias para depois no dia a seguir estar tudo na mesma, mas vamos estar atentos, a Ministra do Ambiente está a par dessa situação, o Ministério do Ambiente está em cima do acontecimento, no sentido de tentar rever algumas coisas, assim como já vi alguns equipamentos que permitem captar as algas ainda antes de elas chegarem à areia, mas ainda é um processo muito diminuto, que não chega nem pouco mais ou menos para a quantidade de algas que têm chegado às nossas praias, que vão daqui para barlavento, porque daqui para sotavento praticamente não tem havido, por talvez pela formação das próprias arribas, das falésias ou pelas correntes que são diferentes, não sei, portanto, o que é certo é que não deixa de ser um problema para o qual temos todos de estar atentos, inclusivamente o Ministério do Ambiente." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "Boa noite a todos. A nossa intervenção de hoje prende-se com dois assuntos que preocupa os nossos municípios no seu dia a dia. O primeiro tem a ver com as ruturas de água que ocorrem frequentemente em várias zonas do concelho e, pelos vistos não há ninguém dos serviços que possa deslocar-se ao local e resolver a situação. Perguntamos, Senhor Presidente, será que não existe nenhum piquete de serviço, se as ruturas ocorrerem no período pós-laboral? O segundo assunto que gostaríamos de resposta clara e concreta, tem a ver com o abrir e o fecho das portas do centro de Saúde de Albufeira. Esta situação tem ocorrido com bastante frequência. As portas do centro de saúde não são abertas no horário previsto, por isso, perguntamos, Senhor Presidente, a quem compete e, de quem é a responsabilidade pela abertura e o fecho das portas do Centro de Saúde. Obrigado." -----

Luna Silva: "Boa noite a todos, começo a minha intervenção congratulando na pessoa do Senhor Vice-Presidente e Vereador do Desporto Doutor Cristiano Cabrita, bem como toda a equipa envolvida com a oficialização da candidatura de Albufeira à cidade Europeia do Desporto dois mil e vinte e seis. Esta candidatura irá elevar e erguer a



nossa cidade de Albufeira, não só com os melhoramentos nas infraestruturas desportivas da cidade e na requalificação dos parques desportivos, mas também no combate à sazonalidade no concelho e no crescimento da economia local, com a realização de eventos desportivos durante toda a baixa época da cidade. Dados os investimentos já efetuados e toda a dedicação depositada neste projeto, tenho a certeza e assim o espero que a nossa cidade seja tão desejada vencedora. Prosseguindo, decorreu na semana passada em Albufeira, na presença do senhor Primeiro-Ministro Doutor Luís Montenegro, a cerimónia de assinatura do contrato para a conceção, construção e exploração da dessalinizadora, na região do Algarve, que deverá ser construída até finais do ano dois mil e vinte e seis. O contrato de adjudicação encontra-se inserido no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve e representa um investimento de cento e oito milhões de euros, enquadrado no plano de recuperação e resiliência. De acordo com o jornal Observador, a infraestrutura terá como capacidade inicial dezasseis milhões de metros cúbicos, mas a empresa está a projetá-la para que tenha capacidade para tratar até três vezes mais do que esse volume, ou seja, até vinte e quatro milhões de metros cúbicos de água é, de facto, uma medida de resposta à seca no Algarve, contudo, é importante lembrar que os proprietários dos terrenos intentaram uma ação de natureza administrativa no Tribunal Judicial de Loulé de impugnação do relatório do impacto ambiental emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente, defendendo que os estudos do impacto ambiental apontam uma notória falta de dados relevantes, que o impacto ambiental será superior ao que consta na declaração e que irá afetar de forma gravosa, a pesca, os residentes e o turismo. Pergunto-lhe, Senhor Presidente, qual é o seu parecer sobre esta questão e sobre o dito neste relatório do impacto ambiental, sem esquecer que existem outras medidas no combate à seca, nomeadamente uma melhor gestão do uso de água, eliminando perdas e desperdícios para que a mesma não falte ao consumo humano e às atividades económicas. Por último, na passada Assembleia Municipal, solicitei o número do processo de contraordenação da sucata que se encontra instalada no Beco do Sol, na estrada de Santa Eulália e até à presente data não me foi enviada nenhuma informação sobre este processo. Eu pergunto-lhe porquê, Senhor Presidente? Que motivos é que tem a justificar, para que não me seja enviada nenhuma informação, disse." -----



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite a todos. Agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia por trazer à Assembleia aqui para a nossa freguesia e ter trazido aqui todos os deputados, inclusive o Senhor Presidente da Câmara. Quero agradecer também o anfitrião daqui da ASCRATIA, ao senhor Guilherme e à sua direção que nos cedeu esta sala, desde já o nosso obrigado e agradecer a todos os presentes aqui por terem vindo aqui à sessão em Ferreiras, desde o público aos deputados municipais. Muito obrigado." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, saudar na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia todos os presentes e em casa. Gostaria de começar por referir que entendo que é uma excelente iniciativa descentralizar a realização das Assembleias. Esta é a segunda vez que se faz neste mandato, já houve uma outra vez em Paderne, e acho que o Senhor Presidente deve continuar, porque realmente revela aquilo que é a presença do executivo e dos deputados municipais e os Presidentes de Junta mais próximo da população. Agradecer também ao Senhor Guilherme, que conheço há muitos anos, pela sua amabilidade de nos receber aqui e dar uma palavra, porque já tive oportunidade de ver a transmissão no YouTube, àquilo que é boa qualidade de imagem e de som, porque isso é também de realçar. Há certamente aqui um grande esforço dos técnicos municipais, que aqui estão representados e do executivo nesse sentido e parece-me que realmente a transmissão estará a resultar, não só na qualidade de imagem, até demonstração em contrário, mas também no som. Estive a assistir há pouco e parece-me que está bastante agradável. Começando naquilo que são realmente as intervenções políticas que aqui me trazem. A primeira diz respeito àquilo que é a candidatura do Município de Albufeira, a cidade europeia, aquilo que é uma iniciativa que eu entendo que é de extrema importância e, de grande valor e que daquilo que acompanhei saúdo na pessoa do senhor Presidente da Câmara, a iniciativa deste executivo, não só por aquilo que é a visibilidade que a cidade virá a ter ao ganhar, mas também por aquilo que é a visibilidade que já teve e que está a ter durante a própria candidatura. A segunda intervenção política que aqui me traz diz respeito àquilo que é o investimento do nosso Governo previsto no Orçamento de Estado para a região. E eu muitas vezes fui aqui crítico nesta Assembleia sobre o Governo da altura, sobre a falta de investimento no Algarve, tenho que aqui dizer e realçar aquilo que são os oitocentos milhões de euros previstos no Orçamento de Estado para investir no Algarve e nos algarvios. E isso é importante referenciar, porque é um investimento absolutamente



considerável, é o maior investimento de sempre que algum governo teve previsto num Orçamento de Estado para investir no Algarve e nos algarvios e desde a água ao hospital, às infraestruturas, às estradas e por aí fora, vejam, porque é um documento público, é realmente de considerar. Outra questão que também gostaria de abordar, diz respeito à dessalinizadora. A dessalinizadora tem naturalmente uma importância absolutamente extrema. Eu fui o primeiro proponente daquilo que foi na altura, um pedido de esclarecimento ao Governo, ainda do outro Governo, sobre aquilo que era a dessalinizadora, esta Assembleia subscreveu, foi feito um pedido de esclarecimento nesse sentido e as respostas foram muito vagas. Tudo avançou, mudou o Governo e depararmo-nos esta passada semana com aquilo que foi a assinatura do contrato de adjudicação. Agora há que ver realmente aquilo que aqui foi mencionado por algumas pessoas e que também me chegou ao meu conhecimento, é que certamente que o Governo não vai construir uma dessalinizadora em terrenos alheios. O problema dos terrenos continua, isso é absolutamente público, há um processo a decorrer no tribunal e, portanto, dizer que a dessalinizadora poderá ser uma realidade, parece-me a mim, parece-me a mim que nesta fase é um pouco prematura a não ser que haja informações que efetivamente eu não tenha conhecimento e admito que assim o possa ser. Aquilo que é o meu conhecimento é aquilo que aqui vos transmito, para já, era tudo." -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de esclarecer o Senhor deputado Carlos Quintino, que as Assembleias Municipais não foram ainda descentralizadas na sua totalidade em virtude de questões técnicas, colocadas pelos serviços. O grande investimento que a Câmara Municipal fez relativamente ao novo sistema de transmissão de imagem e de som, permite que estejamos agora, aqui, na ASCRATIA. Quero também felicitar a ASCRATIA e agradecer por nos ter recebido tão bem, e vejo ali, já uma mesa preparada para nós, podermos depois, confraternizar após esta Assembleia Municipal. Os meus parabéns, o meu obrigado por nos terem recebido nestas excelentes condições e, nesta extraordinária sala, embora seja já habitual este tipo de recepção por parte desta Associação. A descentralização das Assembleias Municipais começou relativamente tarde neste mandato, porque sem os meios necessários não haveria a possibilidade de ter som e imagem e, poderíamos ficar privados de poder transmitir por YouTube, como o fazemos no Salão Nobre da Assembleia Municipal. Por isso ter começado tarde, mas começou e, iremos prosseguir por todas as Juntas de Freguesia este processo de descentralização das Assembleias Municipais." -----

Adriano Ferrão: "Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, um pouco aqui à laia também de complementaridade com o que já aqui foi dito, acho que cabe a todos, embora seja um documento público, cabe a todos os deputados eleitos lerem aqui a ordem do dia para os trabalhos de hoje. De uma maneira geral e só uma apreciação geral, apraz-me e quero congratular a manutenção destas taxas, embora depois iremos falar, com certeza, de uma maneira mais específica, de qualquer maneira, estas taxas continuam, no mínimo, mostra uma grande responsabilidade e uma grande vontade do executivo em apoiar os seus munícipes, mesmo quando, enfim, as previsões económicas do Estado até são razoavelmente positivas, mas mantém-se esta postura do executivo em conseguir que os impostos que nos cabem a todos municipais estejam taxados pelo mínimo. Depois também quero falar de medidas que estão aqui, que são importantes, que são incentivos a que Albufeira combata a sazonalidade e a desertificação com aqueles que têm os seus negócios em Albufeira, manterem-se abertos na época mais baixa e, por fim, uma coisa que me diz muito respeito, porque eu sempre fui preocupado com estas coisas dos trânsitos e dos acessos à cidade e vejo aqui no ponto onze que vamos tratar do acordo de mutação dominial de um troço que é importante para Albufeira e que liga Ferreiras a Albufeira, no fim de contas, o acesso de quem vem de outras paragens, sobretudo quem vem de Lisboa e dos grandes centros e que chega aqui à nossa cidade e deverá ter uma entrada digna e que, por outro lado, dá a possibilidade de conseguirmos um controlo racional do trânsito, tendo em vista a eliminação dos pontos negros que neste troço acontecem amiúde e cada vez mais frequentes." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, gostava de colocar aqui três questões, uma das quais transitou da última Assembleia, que o Senhor Presidente não respondeu, talvez por esquecimento ou por falta de sensibilização para o caso e que a ver com moto quatro e digamos com o que habitualmente se chama de Safaris, e particularmente nesta modalidade. É óbvio, especialmente para quem vive mais no interior do concelho, o incómodo e os estragos que esta atividade está a provocar. Há dias assisti a um agricultor dizer qualquer dia ia arranjar maneira de impedir a circulação lá destas atividades. No outro dia a bancada foi um pouco acusada de só criticar, eu apresentava uma sugestão, que nas vésperas da próxima atividade turística, próximo ano turístico que se fizesse uma reunião com estes operadores e se delimitasse determinados caminhos, determinadas velocidades, porque o que acontece neste momento, não é um

passeio pelo campo, é uma pura aventura com o pó que aquelas máquinas fazem, os seus condutores ou assistentes, de certeza que não vêm nada da paisagem, portanto, aquilo é pura aventura, pura diria quase rali. Então que se defina alguns caminhos onde se possa fazer isso, porque as juntas, em Paderne e talvez também um pouco nas Ferreiras, deviam ser, digamos que de algum modo compensadas com esta atividade, que não traz benefício nenhum para o interior. Outro ponto que gostava de apresentar, tem a ver com o ecoponto do Páteo, que neste momento, há uma recolha para verdes, materiais de jardim, mas não há para materiais de construção civil, em tempos havia um contentor que estava continuamente sempre cheio, eu cheguei lá a tentar depositar algum entulho e tenho reparado que estava continuamente cheio e não era recolhido. O que me disseram é que, aquilo não pertencia à empresa e, agora atualmente não há nenhum. Ou seja, eu que circulo muito pelos caminhos, o que vejo é ultimamente entulho despejado frequentemente naqueles caminhos que vão dar ao ecoponto, porquê? As pessoas vão lá, levam uma pequena quantidade de entulho, como não podem depositar num ecoponto, depositam à primeira hipótese, num caminho qualquer e, portanto, é uma questão de circular por aquela zona e ver como ultimamente há entulho em vários locais. Já agora, porque já se falou aqui de água, pergunto ao Senhor Presidente, que estes trabalhos de jardinagem que estão a ser feitos entre a rotunda dos Relógios e penso que das minhocas, como é que está prevista rega desse espaço? Eu já até na penúltima Assembleia sugeria que todo aquele espaço verde do eixo viário fosse regado a partir da estação de tratamento, Vale Faro, isso nunca foi feito. Pergunto se é desta que isso vai acontecer ou, já agora também dou uma outra sugestão, para não ser só críticas, também podia ser, penso eu regado a partir do poço que existe no parque do Ribeiro, que parece ter muita água e se calhar era mais fácil ser regado, até porque, muita gente faz o apelo do uso das águas de residuais, agora muita gente não sabe é que muitas vezes essas águas dificilmente são usadas para rega e para se conseguir tem custos de manutenção e de tratamento bastante alto. Já agora que estamos também falar de água e tendo em conta, o que disse também o Senhor Presidente há pouco sobre os consumos saiu uma notícia que em setembro face ao mês homólogo, só cinco concelhos é que baixaram o consumo de água e desses cinco não está Albufeira, daquilo que eu li. E registo com agrado a intervenção do deputado Carlos Quintino, a propósito da dessalinizadora face a outras intervenções." -----



Carlos Quintino: "A minha intervenção, desta vez, vai ao encontro daquilo que é ter sabido que, por aquilo que são determinadas situações referentes à aquisição dos atestados de residência passado pelas Juntas de Freguesia, está a haver por parte da Junta de Freguesia de Albufeira, um maior controlo daquilo que é a veracidade desses atestados e das testemunhas. Eu acho que é um assunto que não se deve pôr a cabeça na areia, é um assunto problemático e saúdo na pessoa da Senhora Presidente, aqui presente, aquilo que é esse esforço que com poucos recursos está a fazer para realmente trazer alguma disciplina, daquilo que é uma matéria que efetivamente depois nos afeta a todos, não pode haver aqui adulteração daquilo que são as semias das pessoas para depois obterem um atestado. Uma instituição pública que se vê confrontado com aquilo que são duas testemunhas e quando a legislação permite, depois também fica um pouco de pés e mãos atadas, e quando falo da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, falo também das outras também que passam por isto, portanto é importante não metemos a cabeça e falarmos de forma absolutamente clara sobre isto. Para se passar um atestado de residência a uma determinada pessoa, seja ela quem for, tem que haver efetivamente aquilo que é o controlo efetivo da documentação que é apresentada e diversidade que é feita por parte dessas testemunhas. Sabendo que há esse controlo mais apertado e pela positiva por parte da Junta de Freguesia, queria saudar a Senhora Presidente nessa matéria. Queria trazer também aqui um outro assunto que diz respeito àquilo que é o cuidado que a Junta de Freguesia de Ferreiras, Senhor Presidente, tem tido na deservagem e realçar isso porque estamos nas Ferreiras e porque também tenho uma casa das Ferreiras, enaltecer aquilo que é a atitude do Senhor Presidente e do seu executivo da Junta de Freguesia de Ferreiras, num combate que não é fácil, não é fácil para nenhuma das Juntas, porque, principalmente quando chove um bocadinho a ervas saem de baixo das pedras de uma maneira e portanto é preciso realmente estar em cima do acontecimento e o Senhor Presidente e o seu executivo têm no âmbito daquilo que é a delegação de competências do município desenvolvido um bom trabalho e, portanto, saudá-lo nessa matéria." -----

Luna Silva: "Só fazer aqui pequeno esclarecimento ao meu colega Carlos Quintino, que acho que não entendeu o teor da minha intervenção. Eu tenho pleno conhecimento e sei perfeitamente que a obra nunca poderá avançar enquanto este processo judicial decorrer. A questão que eu levantei, não foi sobre a expropriação dos terrenos que é,

aliás, outra divergência, dos proprietários destes terrenos com o Governo, face ao valor que o Governo atribuiu aos terrenos, que não corresponde àquele que os proprietários entendem que deva ser, o que eu perguntei e espero ouvir do Senhor Presidente é qual é que é o seu parecer relativamente este relatório do impacto ambiental?" -----

Presidente da Assembleia: "Quero fazer uma pequena correção, porque só agora fui informado. Continuando a agradecer a disponibilidade e a amabilidade com que a direção da Ascratia nos recebeu, tenho que corrigir que, este buffet foi providenciado pela Junta de Freguesia das Ferreiras, agradecendo desde já ao Senhor Presidente da Junta, o Senhor Jorge Carmo. -----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões da deputada Mónica Coimbra, sobre a questão das roturas de água, obviamente que as ruturas de água são quase impensáveis de evitá-las, portanto, elas terão que aparecer sempre e, é difícil prever quando é que elas vão acontecer. Mas temos tentado responder rapidamente, embora nem sempre tão fácil como tudo isso, porque o dizer que é rápido, muitas vezes torna-se difícil porque são canalizações, é preciso acertos e só quem nunca acompanhou, nem nunca esteve presente em reparações de canalizações é que pode falar desta maneira. Já fui testemunha de muitas, e sei perfeitamente dos problemas que muitas vezes que são colocados na própria preparação, na própria ligação que às vezes se faz, que não está correta e tem de se desfazer, tem de se tornar a fazer, enfim, às vezes demora. Mas não tem acontecido assim casos que monte, ainda hoje na televisão deu um caso aqui bastante perto de nós, não é isso que nos move, mas o que é certo é que ainda hoje foi dito, uma terminada localidade aqui perto do nosso concelho, há três ou quatro dias sem água, portanto, isso acontece a qualquer um, acontece em qualquer situação, enfim, era melhor que não acontecessem, mas infelizmente vão acontecendo, mas no entanto tentamos fazer rápido, fazer comunicação, principalmente quando são escolas, lares, restaurantes, todos os locais onde há um consumo coletivo, começando por aí e informado também as pessoas de carácter individual da questão da rotura. Muitas vezes são roturas espontâneas, são provocadas por elas próprias nas próprias condutas, outras vezes onde há obras, evidentemente, elas terão de ser realizadas e muitas vezes acontece estas situações de rutura. Relativamente à questão do Centro de Saúde, é o segurança do Centro de Saúde que deveria abrir as portas, no entanto, ontem ou anteontem e, eu agradeço ao Vereador Zua que mandou a informação, houve

um descalabro de horário nuns determinados minutos que não aconteceu a abertura, portanto, lamentamos fortemente. Este problema momentâneo, é precisamente pela mudança da empresa que faz os serviços de fiscalização e segurança, portanto, isso dentro de dois ou três dias ficará regularizado e ficará normalizado. Relativamente àquilo que a senhora deputada Luna Silva falou sobre a questão da dessalinizadora, a questão dos terrenos, das expropriações ou das avaliações, quero dizer que para mim não considero que esta Assembleia seja aqui um tribunal, esse assunto tem que ser tratado nos diversos sítios adequados, que penso não ser este, embora este seja o sítio para se expor e para dizer aquilo que vai na alma, mas de qualquer das maneiras, como já disse o dono da obra é as Águas do Algarve, existe os tribunais para resolver esses problemas, a Câmara é completamente alheia a essa situação. Uma única coisa que fiz ver às Águas do Algarve, em tempos, e agora já fiz a esta nova administração, fazer com que após a feitura da empreitada executar um projeto já elaborado, do estudo prévio do caminho que liga a zona do Alfamar até à praia Rocha Baixinha Leste, com pista rodoviária, com pista ciclável, com pista pedonal, portanto, e com parque de estacionamento, alguns deles ao longo do percurso. Porque não há parque de estacionamento e, os que há são extremamente perigosos, a colocação dos carros nesses locais, por causa dos pinheiros. Isso é talvez as medidas compensatórias que poderão advir daí e pensamos que vamos conseguir ter esse caminho. Relativamente à questão do número de conta-ordenação do Beco do Sol, o doutor Alberto está aqui presente, vai registar isso e depois amanhã dirá o número. Relativamente à questão da Cidade Europeia do Desporto, queria dizer ainda mais uma coisa, para além disto há uns anos também sugeri que Albufeira, Lagoa e Silves fossem a candidatos a Cidade Europeia do Vinho, também para potenciar e melhorar a condição económica e até desenvolver a economia e diversificar a economia. Fomos candidatos os três concelhos, encabeçado por Lagoa, porque Albufeira não tem quantidade, substância suficiente para fazer uma candidatura, mas ficámos em segundo lugar e estamos agora a tentar com outros concelhos, nomeadamente Lagos, Portimão, São Brás, Monchique, tirando Silves, que desistiu, mas vamos ver se será desta. Depois temos, como sabem a candidatura e essa sim, é uma candidatura com peso, com circunstância e com pompa até, que é a candidatura a Geoparque da UNESCO, isso sim é uma condição muito mais forte até, porque o desporto por si só já existe, nós já realizámos há muitos anos, muitos eventos de carácter internacional, nomeadamente a nível campeonatos nacionais,

campeonatos europeus e campeonatos mundiais, os nossos clubes em colaboração com o município e as Juntas de Freguesia. Já organizamos o Cross das Amendoeiras há trinta e tal anos, já organizamos aqui uma chegada ou uma partida da volta ao Algarve em bicicleta, que é das provas mais importantes a nível do ciclismo, reúne aqui as maiores equipas do mundo do ciclismo, numa altura de época baixa, no mês de fevereiro, o Cross das Amendoeiras também no mês de fevereiro, já temos aqui aquela semana da Festa do Basquetebol juvenil, apenas dos escalões subcatorze ou dezasseis a nível de todo o país, onde estão por aqui durante uma semana mil e cem, mil e duzentos atletas, técnicos e dirigentes e excetuando para além disso, todos os familiares que estão por cá nessa altura. Portanto, só isto são três atividades desportivas com uma dimensão muito superior àquilo que se podia pensar. Depois temos o desporto individual, o desporto interno, como eu dizia há pouco que é extremamente importante haver desporto nas classes mais jovens, nos nossos jovens, nas nossas crianças, nossos infantis, nossos iniciados, nosso juvenis e juniores, não esquecendo depois os séniores evidente, mas principalmente nas classes de formação, e também o apoio ao desporto escolar que se faz uma escolas, é importante também aquele apoio às caminhadas, que são normalmente praticadas pelas pessoas com mais um pouco mais idade, portanto, isso faz transportar para aquele slogan, "desporto para todos". E o "desporto para todos" tem que ser o fundamental desta Cidade Europeia do Desporto, porque não é apenas trazer cá grandes acontecimentos internacionais, também é, porque vem de alguma forma minimizar a sazonalidade, mas é também o desporto para todos que é importante, até porque temos um torneio aqui em Ferreiras, em parceria com o Futebol Clube de Ferreiras, que eles organizam e nós somos parceiros, nós Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, que é o futebol a andar, que traz aqui atletas ou que já foram atletas, principalmente do Reino Unido, que vêm aqui jogar de uma forma muito lenta, por isso é que se chama futebol a andar, gente com sessenta, setenta anos e que já tive oportunidade de ser testemunha disso, são dias de grande movimentação, grande dinâmica, grande alegria e é extraordinário e, no entanto, é uma altura de época baixa, lá está, e faz com que na época baixa se faça alguma atividade, não só desportiva, mas sim atividade económica. Basta ver que a semana passada e há três semanas atrás, tivemos o congresso dos nómadas digitais, onde tiveram aqui cento e vinte, cento e trinta nómadas de praticamente todo o mundo, praticamente de todo o mundo, foi extraordinário, tivemos depois de seguida durante três dias com um encontro de



apenas mulheres, que é o grupo das G100, são mulheres líderes de todo o mundo também, tiveram em Albufeira, junto ao Inatel, apoiados pela Câmara e terminou anteontem o Algarve Tech que foi organizado pelo STP, que tem sede em Faro e que tiveram por aqui, tive a oportunidade de assistir algumas apresentações de alguma start-ups algumas extraordinários, uma delas foi precisamente a recolha das algas, por isso aquela que falei há bocado, ainda muito rudimentar em termos de quantidade. Portanto isto são aspetos que transportam o nome de Albufeira para um patamar diferente daquele que muitas vezes, alguns querem fazer crer, exploram exageradamente nas redes sociais, que é quando veem uma criança quase toda nua num bar, fica logo tudo em pânico, quanto mais isso é publicitado e posto nas redes pior é. Não se pode esquecer isso, claro que não, temos de educar as pessoas, as crianças e os jovens para serem diferentes, temos de trabalhar nesse sentido e temos também agir pela positiva, trazendo para cá eventos de carácter internacional. O Domingos Coelho falou nas moto quatro, realmente é um problema, quanto a mim não apenas pelo pó, mas é também o estragos que fazem nos próprios caminhos, porque são autênticos arados a lavrar com aquela força que tem. Já falei há tempos um indivíduo que explora um grupo destas motas, e eles estão dispostos, com a Câmara e com a Junta de Freguesia, que também já falei com o João Guerreiro, no sentido de reunimos um dia destes para tentarmos analisar aquilo que se pode fazer, eventualmente, criar trilhos próprios para esta situação, porque é também uma forma de turismo, é uma forma de entretenimento, temos que tentar encontrar uma solução para deixar que haja este tipo de problema. Relativamente ao ecoponto do Páteo, registei, vou ver. Relativamente à forma de rega entre a rotunda dos relógios e das minhocas, o modelo de rega vai ser diferentes, por gota a gota, só isso per si gasta muito menos água que a rega por aspersão e depois está previsto ser regada pela água da estação da ETAR de Vale de Faro, está-se a elaborar o projeto de reutilização dessa água, estamos a pensar talvez levando a água para o reservatório do Montechoro, que está desativado, para depois por gravidade regar aquela zona. Relativamente ao poço do Ribeiro, está a regar todo o espaço verde à entrada de Albufeira, quem vai de Ferreiras para Albufeira, é regado por esse poço, essa nora, não será só água da nora, será também água da estação de Ferreiras. Relativamente ao parecer que eu hei de dar sobre a questão dos terrenos utilizados pela dessalinizadora, digo à senhora deputada Luna que não dou pareceres sobre isso, com certeza que as Águas do Algarve, que são os donos da obra, são quem



assinou contrato, quem lançou o concurso público, quem fez a seriação dos concorrentes, é o dono do concurso, digamos assim, estarão atentos a esse tipo de situações.” -----

Carlos Quintino: “A minha última intervenção antes da ordem do dia vai no sentido de deixar aqui uma reflexão que se prende com o seguinte, a nossa cidade tem cada vez menos, ou a sazonalidade da nossa cidade, do nosso município nota-se cada vez menos, ou seja, o que eu quero dizer com isto, antes nós chegávamos ao final de setembro e já notávamos muito menos gente na cidade, muito menos gente nos restaurantes, nos bares, na rua, etc. Agora, estamos no final de outubro e os restaurantes, bares, hotéis, os alojamentos locais estão com uma excelente ocupação e eu acho que isto requer uma reflexão nossa, enquanto responsáveis políticos. Porque não, aquilo que é as associações empresariais, estabelecerem entre si, com o apoio do município e mediante sugestão, de certa forma, supervisão, se assim pudermos chamar, dentro daquilo que são as suas competências, naturalmente, porque os empresários naturalmente são absolutamente autónomos, não é isso que está em questão, o que está em questão é, porque não as associações empresariais do concelho estabelecerem uma escala de serviço, de forma a que as nossas principais artérias que oferecem restauração, bar e hotelaria tenham sempre lugares abertos. Isto prende-se com um facto que qualquer um de nós pode constatar que é, eventualmente daqui a um mês, no final de novembro, temos grande parte dos estabelecimentos no centro de Albufeira e na rua conhecida pela rua dos Bares, Avenida Sá Carneiro, Norte e Sul fechados. Isto é contra aquilo que o município promove, porque se o município promove eventos de alta qualidade, eventos a nível nacional e internacional e traz para cá pessoas e as pessoas depois saem e encontram tudo vazio, tudo fechado, qual é a vontade de essas pessoas voltarem nesta altura? Portanto, eu acho que nós devemos, enquanto responsáveis políticos, cada um no seu nível naturalmente e, eu limito-me à minha insignificância, mas gostaria de deixar aqui esta sugestão, porque acho que efetivamente isto não é inventar nada, há outros países, há outras regiões que já o fazem. O município, decisores políticos e empresários estabelecem entre si um acordo de cavalheiros, chamemos-lhe assim, que vai fomentar aquilo que é a possibilidade de estar sempre determinado número de estabelecimentos, em determinada categoria abertos, pelo menos nestas duas artérias que eu acabei de mencionar. Parece-me a mim que nós,

enquanto capital de turismo e enquanto referência nacional e internacional no turismo, iríamos todos, digo todos beneficiar muito disto. Tem dito." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, em primeiro lugar, dar os parabéns ao meu colega Jorge do Carmo por esta bela recessão, mas já é hábito da parte dele, os meus parabéns e muito obrigado. Em segundo lugar, como temos estado a falar aqui da candidatura de Albufeira a Cidade Europeia do Desporto e relembrar aqui, um grande torneio que é organizado pelo Guia Futebol Clube, que não foi aqui falado, para dar conhecimento também aqui aos nossos deputados, que é o Pirates Cup, é um torneio que traz mais de mil e quinhentas crianças aqui à nossa freguesia, praticar futebol, formação e é um torneio internacional. Também acho que quando se fala no basquete em Albufeira, e muito bem, também temos que ver outros grandes torneios que trazem cá muita gente. Outra questão que venho aqui falar é acerca daquilo que o nosso colega Carlos Quintino disse, em relação aos atestados de residência. É um problema que temos nas Juntas de Freguesia, estamos a tentar resolver, ainda na passada quinta-feira, a delegação regional da ANAFRE esteve reunida, da qual eu também faço parte, para tentar resolver essa situação, todas as freguesias estão dentro das possibilidades e dentro da lei a tentar fazer o melhor possível e acho que, se todas a trabalhar em conjunto para o mesmo lado, conseguimos resolver isso para que não haja problemas para ninguém." -----

Helena Dias: "Muito boa noite a todos, congratulo o Município, por mais um ano isentar as taxas de ocupação de via pública no centro de Albufeira, porém, só isentar as taxas não chega, é de toda a importância que as pessoas quando vão visitar o centro de Albufeira, quer seja de dia ou de noite se sentam seguras, tenham iluminação suficiente, não encontrem um bando de pessoas que consomem droga, que trazem um ambiente de sujidade, que para além de venderem a droga consomem e não deixam nenhum turista que passe sem que lhes seja perguntado, quer seja com famílias ou a sós, se querem comprar alguma coisa, isto é de extrema importância, embelezar as ruas, fazer com que haja policiamento tanto de verão como de Inverno. Eu sou empresaria em Albufeira desde mil novecentos e oitenta e quatro, já lá vão uns anos e cada vez vejo mais que as pessoas estão a fugir ao centro, nós nos últimos anos temos visto uma degradação enorme, costumávamos ter os nossos estabelecimentos abertos até à meia-noite, uma da manhã e este foi dos piores anos que a maioria dos nossos estabelecimentos estiveram fechados a partir das onze da noite. Porquê? Porque as



peessoas saíam, o único sítio onde se viam pessoas era na rua dos bares, penso que é muito importante porque toda a gente que vem a Albufeira, não interessa se vêm para a periferia ou se estão alojados no centro, mas toda a gente quer, pelo menos uma vez, vir a Albufeira, e dar a transparecer aquilo que acontece neste momento, penso que não é muito positivo para a nossa cidade." -----

Mónica Coimbra: "Senhor Presidente, desculpe, mas não perguntei o tempo que se leva a reparar as ruturas de água. O que eu perguntei foi se havia um piquete de serviço fora do período laboral." -----

Domingos Coelho: "Relativamente a esta questão que estamos aqui a debater nos últimos minutos, ou seja, a animação da cidade, especialmente na baixa da cidade e tendo em conta a intervenção do deputado Carlos Quintino, com a qual eu concordo, no sentido de que deveria haver, não sei como, mas muito mais estabelecimentos abertos na época baixa. Agora a questão é, que o que vamos discutir no ponto dez, ou seja, a isenção de pagamento das esplanadas na época baixa isso só favorece o fecho dos estabelecimentos. Eu penso que o que deveria ser era exatamente um bónus ao contrário, ou seja, premiar aqueles que estivesse efetivamente abertos e, assim é que se poderia apresentar uma cidade, especialmente na época baixa, por volta do Natal e Passagem de Ano, com, digamos que uma atividade turística de restauração, de animação. E isto ainda mexe com outra situação, enquanto a cidade for na baixa, eu diria noventa e nove virgula nove por cento de atividade comercial e enquanto não houver uma parte residencial em que haja pessoas que de facto habitam e que circulam na cidade, não conseguimos animar e movimentar a cidade na baixa. Em pleno inverno, eu diria que circular à noite em Albufeira não é para toda a gente, e o que é que falta? Falta a parte turística, mas falta a parte residencial e é isso que ainda não vi por parte da autarquia." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao deputado Carlos Quintino, tudo aquilo que são aquelas aberturas dos estabelecimentos ou não abertura, evidentemente que isto são questões de carácter económico, no entanto, o regulamento de taxas e licenças foi publicado agora na última sexta-feira, prevê penalizações, prevê aumento de taxas para quem está fechado mais que um determinado tempo, portanto, é uma questão de ler com atenção e, ver alguns aspetos nesse sentido, no entanto, isto não faz com que agora todos estejam abertos, porque é impossível também todos estarem abertos. Ninguém pense que quem tiver estabelecimentos comerciais que pode estar aberto



tendo cá quinhentas mil pessoas, ou tendo cá cento e cinquenta mil. Portanto, é por puro lirismo, é pura utopia estar a pensar uma coisa dessas, porque estar aqui a falar, dizer uma série de coisas, que muitas delas não digo que não estejam corretas, só que não estão adaptadas à realidade, porque eu farto-me de ver através de estatísticas do INE, Albufeira foi no mês de agosto ou no mês de setembro, o segundo Município do país onde houve mais dormidas, a seguir a Lisboa. Portanto, acho que isto não é de desprezar, nem pouco mais ou menos, agora, se vamos só dizer os aspetos negativos, temos alguns, não há nenhuma sociedade que seja perfeita a cem por cento, de maneira nenhuma, quando isso acontecer, se calhar, até nem sei se será mau. Agora, temos de pedir cada vez mais segurança, tem de haver mais segurança principalmente na baixa da cidade, conforme o senhor deputado Domingos Coelho disse, evidentemente que é uma zona que durante o inverno quebra completamente, porque tem poucos residentes, o que acontece em muitas cidades deste país, basta ver a capital Lisboa, é a mesma coisa, a baixa da cidade também pouca gente por lá anda durante a noite ou principalmente durante o inverno. Queria aqui referenciar o esquecimento, e o Senhor Presidente da Guia, referiu e bem, eu esqueci-me daquele torneio Pirates Cup, organizado pelo Guia Futebol Clube, com o apoio da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal que se organiza por volta do princípio de junho, e junta ali mil e tal atletas, da mais tenra idade, é extraordinário ver aquele torneio, dos mais diversos pontos do país e também do também do estrangeiro. Relativamente à senhora deputada Mónica Félix quero dizer que temos um piquete, e o piquete muitas vezes atende chamadas, transmite que há uma rutura, portanto, é através deles que se consegue saber as determinadas situações e o nosso pessoal resolve algumas ruturas, não conseguindo, não tendo capacidade temporal nem capacidade musculada para resolver esses problemas, evidentemente, que temos uma empresa que tem esse efeito." -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de dar uma indicação sobre os contatos que mantive com a Comissão de Avaliação relativamente à Cidade Europeia do Desporto. Devo dizer que fiquei com a ideia de que Albufeira terá fortes probabilidades de vir a ser a Cidade Europeia do Desporto dois mil e vinte e seis, com o qual me congratulo. A minha perceção decorrer dos comentários feitos por alguns elementos do júri que foram muito favoráveis. No que concerne a uma comunicação que me foi dirigida, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara e que, diz respeito á atividade de professor convidado em instituição de ensino superior, é fundamental comunicá-la a todos os

membros da Assembleia Municipal. Trata-se de uma comunicação obrigatória nos termos da Lei, por parte de quem exerce este tipo de atividade e, por isso decidi transmiti-la aqui de viva-voz e, depois remeter por escrito a aludida informação a todos os elementos desta Assembleia. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) Isto é uma informação que é obrigatória por parte de quem pratica este tipo de atividade e, por isso mesmo, dá-la aqui de viva-voz e transmitir depois por escrito esta informação a todos os membros da Assembleia." -----

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira, Dr. Francisco Oliveira, Eu, Cristiano José da Ponte Cabrita, Vereador desta Câmara Municipal, atualmente a desempenhar funções em regime de tempo inteiro, sem exclusividade, venho por este meio informar a Digníssima Assembleia Municipal do seguinte: ao abrigo do disposto nos artigos 6º e 7º da Lei 52/2019 de 31 de julho, conjugado com o disposto no nº1, do artigo 3º e o nº4 do artigo 7º da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, desempenharei pontualmente o cargo de professor convidado, sem renumeração (*regime pro bono*), em Instituição de Ensino Superior (Instituto de Estudos Políticos-Universidade Católica Portuguesa), sem dedicação exclusiva, sem vínculo permanente e sem obrigatoriedade plasmada no Estatuto da Carreira de Docente Universitário".-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Primeiro-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 09-09-2024 e 27-09-2024; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 09-09-2024: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelso Cabrita, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-

Nova, Carlos Brito Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Antonieta Dias, Rui Bernardo, Carla Madeira e Paulo Severino, pelo que não votaram. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 27-09-2024: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otel Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Antonieta Dias, Rui Bernardo, Otel Cabrita e Paulo Severino, pelo que não votaram. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação do pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Deputado Raul Ferreira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otel Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; --
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou registada a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento da proposta de **alteração ao Sistema de Controlo Interno**;
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções ficou registada a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de lançamento de Derrama para o ano 2025** em 0% para todos os sujeitos passivos;
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, mais um ano que há um efetivo esforço financeiro por parte do Município, é uma opção política, como eu sempre digo, mas há que realçar não só as opções políticas negativas, com muitas vezes vemos desta casa por parte da oposição, mas realçar aquilo que são as opções políticas positivas e esta é uma clara opção política positiva, que não é deste ano, tem vindo ao longo de alguns anos, mas que se fizermos contas, se reveste de uns milhões de euros que os empresários nesta matéria deixaram de ter que pagar. Tenho dito." -----

Presidente da Câmara: "Apenas para reforçar a afirmação do deputado Carlos Quintino, que o facto de todas estas taxas estarem no limite mínimo daquilo que é permitido, em termos dos vários códigos, evidentemente que isto reduz o capital que o município poderia investir numa área ou noutra, mas de qualquer das maneiras, achamos que é extremamente importante, e já há alguns anos que isso tem acontecido, aliás, desde que ficou resolvido o problema do PAEL, que era o programa de apoio da economia local, como se lembram, que foi originado pela crise de dois mil e oito, dois mil e nove, partir do momento para que foi resolvido o problema para aí em dois mil e doze ou dois mil e treze, fixámos as taxas no valor mais baixo e a partir daí ainda não saíram, portanto, acho que é de realçar isso." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelso Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2024** em 0.3% para os prédios urbanos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Sobre o mencionado ponto, um esclarecimento sobre o sentido de voto. A eleita irá votar a favor única e exclusivamente por estar em deliberação a aplicação da taxa do IMI na sua percentagem mais reduzida, no caso zero ponto três por cento para os prédios urbanos, uma vez que o partido Chega mantém o seu entendimento ao contestar a existência deste imposto que sobrecarrega os proprietários que já tiveram de suportar o peso carregados impostos do IMT e do IS, propondo sempre a sua abolição quando se trate de habitação própria e permanente, de forma a assegurar assim uma habitação digna, disse." -----

Adriano ferrão: "É só para realçar e sublinhar que esta taxa reduzida ao máximo de zero ponto três, já se mantém também há muitos anos a esta parte, só mostra a preocupação que o executivo tem, que a Câmara Municipal de Albufeira tem para com os seus munícipes. Ainda há bolsas de pobreza, somos uma cidade que tem pessoas migrantes, há uma política também de habitação, há a necessidade de apoiar uma população que precisa também de evitar uma sobrecarga de IMI, isso é tido em conta e nós aqui só nos podemos vangloriar mais que a maior parte de outras localidades, de outros municípios em manter uma taxa assim tão reduzida, se há bocado mais do que a derrama são milhões de euros, aqui são outros milhões de euros, mas que ficam nas

mãos de todos nós, munícipes que assim pagamos menos pelas nossas casas por ano.”----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelio Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2025 em 0%:** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelio Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da determinação da **Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2025 de 0%:** -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Diria que era mais que óbvio estas propostas, por parte do executivo, se ouvimos regularmente falar da excelente situação financeira do município, não havia outra coisa a fazer senão isto, mas recordaria que em dois mil e vinte e dois, foi proposto o aumento do IMI e que esta assembleia é que votou contra e que obrigou o executivo a recuar. Já agora, diga-se que, como a autarquia não tem, com certeza, cunhagem de moeda, só consegue fazer isto porque vai buscar o dinheiro aos impostos, óbvio, não é? Realço, já agora, o IMT, é o IMT que tem dado folga à autarquia e ainda bem, não estou a criticar, temos é que constatar, temos é que ver a razão para que isto aconteça. O IMT em dois mil e vinte e um, foram recolhidos vinte e dois milhões, em vinte e dois trinta e cinco milhões, curiosamente, foi o ano em que o executivo pretendia aumentar o IMI, não sei como é que se conseguiu fazer esta previsão. E nesse mesmo ano, houve uma transição de saldo de quarenta milhões, mais uma vez, a transição de saldo é, na minha opinião em parte, a dificuldade em investimento. Em dois mil e vinte e três a recolha de IMT foram trinta e um milhões e em dois mil e vinte e quatro estão orçamentados trinta e dois milhões, portanto, é aqui que está a folga financeira da Câmara, ainda bem, a questão que se põe é, tendo em conta o carácter mais ou menos volátil da atividade turística, até que ponto é que, se houver uma oscilação, como parece que já se fala, e o próprio Banco de Portugal já pediu para que as entidades várias fizessem uma almofada financeira, até que ponto é que, de futuro, isto pode ser, digamos, que reproduzido, e isto remete para já para o orçamento que aí vem e até que ponto é que o executivo está disponível, por exemplo, para fazer uma maior provisão financeira para dois mil e vinte e cinco, ou seja, evitar despesas e fazer um fundo, diríamos, fundo Municipal, porque tem sido esta recolha de impostos, e há tempo se falava que, enfim, o anterior Governo cobrava N impostos, parece que este ainda vai cobrar mais, é valor, é que parece que às tantas são bons e outros são maus, ou seja, quem compra casa paga o IMT, e o IMT serve para autarquia, enfim, ter esta folga financeira. Obviamente, se a autarquia procura defender os interesses dos munícipes, nada melhor que fazer aquilo que fez. Mas agora acrescentaria, se tem essa folga tão grande financeira, porque não baixar, como eu já fiz aqui a sugestão as taxas para habitação ou para autoconstrução." -----



Carlos Quintino: "A política é feita disto mesmo, de pontos de vista, de interpretações e de opções políticas. Agora, eu recorro a uma coisa, só é possível ter uma folga financeira quando há uma boa gestão autárquica. Isso é um facto absolutamente inegável, aqui e na China, portanto, há folga financeira, ok, mas há porquê? Porque há uma boa gestão autárquica e ainda assim, e ainda assim, meus senhores, há uma opção política nesse sentido, não é só porque há uma boa situação financeira. Vamos ver um caso de um amigo meu, que certamente não me vai levar a mal de o citar aqui, sem citar o nome dele, Oeiras, o IMI é o mínimo, mas no que diz respeito ao imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, previsto para dois mil e vinte e quatro é quatro ponto sete, e é um município saudável e, portanto, eu acho que nós temos que ver que há aqui uma boa gestão autárquica, que efetivamente permite essa folga financeira, que efetivamente permite ter as taxas no mínimo, mas também há uma opção política nesse sentido e que é de salutar. Tenho dito." -----

Domingos Coelho: "Cada um fará a interpretação perante os números, mas já agora só mais uma informação, dois terços das autarquias do país têm o IMI a zero virgula três, dois terços." -----

Adriano Ferrão: "Todos estamos contentes com estas taxas mínimas que o concelho aplica, de qualquer maneira, o IMT também tem a ver com algo, se nós temos mais dinheiro do IMT existem mais transações. Este concelho tem a felicidade de continuar a atrair população, enquanto a população, na maior parte dos concelhos em Portugal e a nossa população em geral está a envelhecer, e está a decair. Albufeira, e vê-se isso nas escolas com mais turmas, mais alunos, mantém precisamente a sua população ou ligeiramente tem sofrido um aumento. Ora, isto leva a que as pessoas, não são aqueles que vêm para cá trabalhar, quem não tem casa, como também em Albufeira, mantém-se com uma atratividade para o investimento e esse investimento no imobiliário é uma constante. E não só a Câmara tem feito um esforço para acudir àqueles que menos dinheiro têm para poder investir e tem atualmente feito também oferta de fogos para essa classe de pessoas com menos posses, mas tem também continuado cada vez mais uma procura por imóveis mais caros, isso faz com que os números que foram citados pelo deputado Domingos Coelho, sejam cada vez maiores e, que assim compensem e só assim pode haver uma bolsa como ele acabou por referir. No entanto, se houvesse essa bolsa estaria cá o Partido Socialista nesta altura a dizer, vocês não gastam dinheiro, estão a poupar o dinheiro, em vez de ser investido nos munícipes, não o é, e estas



taxas mais reduzidas mostram-no e aquilo que tem sido feito, basta ver esta ordem de trabalhos para mostrar que o dinheiro é investido." -----

Domingos Coelho: "Bom, parece que a prática do Partido Socialista não tem sido de esbanjar, parece que algumas das eu diria quase inaugurações e entendimentos com este e com aquele setor profissional, tem muito a ver com aquilo que o Partido Socialista deixou lá no Orçamento, mas isso são outras contas. Já agora relembrar como se fala muito da habitação e da folga financeira e da questão da atratividade do concelho, diga-se, em relação à habitação, nestes anos todos construíram-se quarenta fogos em Paderne a custos controlados." -----

Luna Silva: "Só acrescentar aqui ao meu ilustre colega que, o aumento do IMT não se deve só apenas ao aumento das transações, mas também ao valor estabelecido na caderneta predial, valor patrimonial que mexe realmente aqui com o valor do IMT e discordar quando o meu colega Carlos Quintino refere que existe aqui uma boa gestão financeira, não corresponde à verdade, senão não teria sido preciso que a Câmara Municipal de Albufeira solicitasse um empréstimo bancário que sim, essa foi, de facto, uma opção política por parte do executivo." -----

Presidente da Câmara: "Se nós não soubéssemos onde é que estávamos, pensávamos que estaríamos numa Assembleia Municipal de um qualquer Município que tem os impostos o mais alto possível, porque se isto está tudo o mais baixo possível, os albufeirenses não poderiam ter uma situação melhor em termos de pagamento de impostos locais que esta. Esta é a verdade, não é de opinião, nem de palpite, nem de interpretação, é factual. O deputado Domingos Coelho fez aqui história, não fosse ele um expert em história de Portugal, mas eu também quer dizer aqui uma coisa relativamente ao passado, porque é preciso ver que aqui há alguns anos a esta parte, o país e, claro, em particular, Albufeira já passara por duas crises bastante grandes, uma crise financeira, aquela que referi há bocado dois mil e oito, dois mil e nove, que originou um recurso ao empréstimo chamado PAEL, aquele programa de apoio, que foi solicitado de vinte e cinco milhões e por medidas tomadas a nível do executivo camarário, repito a nível de executivo camarário do qual eu fazia parte, e tinha a responsabilidade financeira, reduzimos a dívida de vinte e cinco milhões logo para dezassete milhões e não foi preciso contratualizar vinte e cinco milhões de empréstimo, contratualizamos apenas dezassete milhões. Paralelamente, foi feito um pedido de empréstimo, que era de lei, no âmbito do reequilíbrio financeiros, fizemos o

concurso, contratámos oito milhões de euros, mandei para visto do Tribunal de Contas, e estava em visto pelo Tribunal de Contas e solicitei que desistíssemos daquele empréstimo, ficaram todos estarecidos como é que o município tinha pedido um visto para um empréstimo e depois tinha desistido, porque conseguimos recuperar, com medidas que fizemos a nível interno e não foi necessário ir buscar esse dinheiro. Isto é história, mas é verídico e está aí nos livros, e não consta nessa altura, poucos anos depois pagamos os tais dezassete milhões de euros que contraímos pagámos em dois ou três anos. A partir daí, permitiu estarmos nesta situação, como disse a partir de dois mil e treze, dois mil e catorze, ficamos na situação de poder ter as taxas no mínimo possível, porque quando estava em regime PAEL, como sabem em alguns, outros não saberão, mas ficarão agora a saber, nessa altura era obrigatório por lei que as taxas estivessem no máximo possível, não podíamos baixar. Ainda agora há municípios que ainda estão no máximo possível. O que eu quero dizer é que, nessa altura com essa crise, não houve nenhum clube desportivo que acabasse, não houve nenhuma IPSS que fechasse, não houve nenhuma escola que ficasse sem alimentação para as crianças todos os dias e todos os anos que essa crise durou, não houve nenhuma falta de transporte escolar para as crianças de escola-casa, casa-escola, enfim, não houve, em termos de crise real, crise material não houvesse essa crise, evidentemente que haverá sempre, isso há de haver sempre, independentemente de estarmos em termos genéricos, podemos está bem, mas existe sempre uma situação de perigo, existe pessoas como nós chamamos, a pobreza envergonhada, que é difícil, depois de as pessoas virem expor-se e dizer o que é que sentem. Mas isso nós somos que vamos à procura das pessoas a casa, as pessoas vêm naturalmente e se calhar, há outros até que usufruem de determinado tipo de apoios que, se calhar, nem deveriam ter. Mas a sociedade é sempre assim, sempre foi assim e, sempre vai continuar a ser. Posteriormente a isso, entrámos numa situação relativamente bastante boa em termos de crescimento económico, em termos de desenvolvimento do concelho com a questão da construção civil, e a construção civil e as transações é que permitem que haja o IMT, que é o imposto contingencial, varia conforme a conjuntura económica e de um momento para o outro, por exemplo, no final de setembro de dois mil e vinte e quatro, comparativamente com setembro de dois mil e vinte e três, temos um decréscimo em IMT de três milhões de euros, portanto, o IMT está a reduzir, evidentemente que é preciso ter atenção com isto, é preciso ter cautela, mas já sei isso há muito tempo,



estou aqui na câmara há vinte anos, e há vinte anos a situação estava dramática quando cá cheguei, não fui eu que resolvi toda, claro que não, mas resolvi muita coisa. Depois tivemos outra crise, dois anos de seguida com a questão da pandemia e a pandemia foi dramática para Albufeira, porque Albufeira, sendo concelho que vive praticamente só do turismo, é uma atividade que sofreu imensamente, houve outras atividades que não sofreram tanto, nomeadamente a agricultura, nomeadamente a questão de alguma indústria, nomeadamente a questão da construção civil, mas o turismo sofreu e está aqui gente que tiveram de fechar as casas, fechar os hotéis, e aí houve uma quebra enorme. Nesses dois anos de vinte e vinte e um, o município de Albufeira, números do Tribunal de Contas, não é números de qualquer instituição ou qualquer palpite que alguém possa fazer, foi dos que mais gastou em termos daquilo que foi o apoio às escolas, às forças de segurança, aos mais carenciados, à economia local. Bem, era uma listagem enorme foram vinte e cinco milhões de euros, gastos ou não recebidos por via do COVID, portanto, evidentemente que estamos aqui numa situação que não vai ser igual àquilo que foi há dois ou três anos. Agora, o investimento está a ser feito, aquilo que aconteceu em dois mil e vinte e dois e é aqui que eu disse que o nosso deputado Domingos Coelho foi fazer história, em dois mil e vinte e dois, nós estamos aqui a discutir e eu não falava nisto, se ele não falasse em dois mil e vinte e dois, mas nós estamos aqui a discutir estes aspetos das taxas para o ano de dois mil e vinte e cinco, não estamos aqui a discutir o ano dois mil e vinte e dois, isso já passou. O dois mil e vinte e cinco é que é o facto, em dois mil e vinte e cinco não aumentamos absolutamente nada, está tudo reduzido no mínimo possível e vamos continuar a estar assim, caso seja possível, agora, evidentemente, se não for possível, se tivermos que investir e eu convido-vos a ver qual é o investimento que neste momento, em termos de empreitadas, em termos de obra de construção civil, de obra pública, não falamos investimentos nas pessoas, que isso também é investimento, não é o investimento apenas em cimento que conta, existe também outro investimento de outro carácter, agora este carácter de obra pública, basta ver isso, eu convido a ver qual é o somatório de investimento que estamos a fazer, para pensarem um bocadinho." -----

Domingos Coelho: "Senhor Presidente, ninguém fez aqui um cenário negativo, nem disse que estávamos num concelho onde estavam os impostos no máximo. Aliás, o que eu disse foi que, ainda bem que é assim. Em relação aos números, os números são números, e os números passado tanto serve os de vinte e dois como o de vinte e três. E



o que levantei aqui, foi porque é que, em vinte e dois houve a tentativa de aumentar impostos, penso que o executivo na altura achou que tinha essa necessidade e agora não o faz, porque não necessita fazê-lo, e não necessita fazê-lo impostos pela arrecadação de impostos, ponto. Se não têm uma casa da moeda, o dinheiro ter de vir dos impostos, é óbvio. Já agora, falou em relação às obras e ao investimento, eu pergunto onde é que estão as obras da Rua do MFA, da Avenida Sá Carneiro e da Rua António Aleixo, que, segundo o que foi dito na altura, fez-se o empréstimo exatamente para estas obras, se fez um empréstimo é porque se calhar pensar-se-ia que se podia fazer a obra, mas que é certo é que não se fez." -----

André Lima: "Boa noite a todos, queria só aproveitar esta conversa toda para fazer aqui uma pequena reflexão e, também dar a minha opinião, não querendo voltar muito para trás, mas está registado, as assembleias são filmadas desde essa altura, que naquele primeiro momento o executivo efetivamente queria aumentar todos estes impostos, que não foi possível porque a oposição não deixou, foi retirado, voltou uma nova proposta com os impostos mais baixos e a partir daí, efetivamente, todos os anos tem sido mantido isto. Na altura, lembro-me bem, inclusive, houve aqui observações de bancada do PSD e do executivo que poderíamos estar a colocar o Município em risco, felizmente, não foi necessário, mas não foi necessário, porquê? Porque parece-me a mim, não sou economista, mas daquilo que observo, porque de lá para cá o aumento da especulação imobiliária aumentou de forma completamente louca, a quantidade de valor do IMT, porque as transações aumentaram, ainda hoje ao almoço, um amigo meu que trabalha na área imobiliária diz que em Albufeira as casas subiram dez por cento desde fevereiro deste ano, é alguém que trabalha aqui em Albufeira há vinte anos em imobiliária, por isso, isto tem a ver com a especulação e aquilo que estavam aqui a dizer há bocadinho, e foi por isso que tive vir cá, que é bom para os albufeirenses, não são os albufeirenses, ou grande maioria dos albufeirenses, ou o albufeirense médio que faz estes negócios cá. Estes negócios são especulação imobiliária e estes valores que temos de casas em Albufeira têm pouco a ver com o acesso à habitação dos albufeirenses. Queria só fazer aqui esta reflexão e o segundo ponto era em relação aos impostos, parece-me a mim que, tirando a bancada do Chega, toda a gente concorda aqui que os impostos são importantes e que são necessários e que têm de ser cobrados. A questão será, onde é que os vamos buscar? Quais são os focos onde queremos ir recolher esses impostos? Aquilo que cabe à Câmara, aquilo que está aqui

hoje, os direitos de passagem, não me chocava minimamente que empresas milionárias como a MEO, a NOS e quem passa por aqui, ainda nas últimas assembleias, nosso deputado Domingos Coelho falou do trabalho que fazem a passar cabos em Paderne e atravessar estradas e regar o chão e não tapar aquilo como deve ser, não me chocava minimamente que se fossem cobrados impostos. Em relação à derrama, pelo que eu percebo da lei, é possível ser cobrada só a empresas que têm acima de cinquenta mil euros de lucro tributável, ou seja, para quem não sabe, o lucro é o dinheiro que sobra depois de tudo, depois de pagar ordenados, depois de pagar manutenção, depois de pagar formação, depois de pagar tudo, é aquilo que sobra para o proprietário depois de aplicar o dinheiro todo, isso não chegará a muita gente e uma empresa que tem cinquenta mil euros de lucro tributável também não me choca minimamente que sejam cobrados impostos essas empresas. Em relação ao IMI, obviamente que se fosse possível, aqui acho que concordamos todos que fosse de zero virgula zero para quem tem habitação própria, tem uma casa para viver, que não pagasse nada de IMI. Não parece que alguém aqui discordo, agora existe também a possibilidade de majorações, pelo eu percebo da lei, algumas situações de prédios devolutos, de acumulação de casas, também não me chocavam minimamente que fôssemos por aí. Portanto, era mais uma reflexão acerca também da importância dos impostos, porque qualquer dia parecemos todos a Iniciativa Liberal e não me parece que seja esse o caso e que percebo que os impostos têm de ser cobrados, porque se os impostos não forem cobrados, se não houver impostos a Câmara não consegue fazer todas as outras coisas que vai fazendo.” -----

Presidente da Câmara: “Só para referir um aspeto que o deputado André Lima disse sobre a questão do direito de passagem, eu também era de acordo que esse direito de passagem tivesse até no limite máximo. Vou dizer porquê que digo isto, depende da forma como ele é aplicado, porque a forma como ele é aplicado, neste momento, é aplicado à pessoa na fatura, se agora aplicássemos agora zero virgula três por cento aparecia na fatura, não é à operadora, porque se fosse à operadora diretamente era uma coisa, mas não é, isto é diretamente às pessoas, portanto, eu também estaria de acordo se o direito de passagem fosse tributado, mas era às operadoras, que ganham o dinheiro que querem e ainda lhes sobra tempo, agora se nós fixarmos aqui uma taxa para o direito de passagem quem a paga somos nós todos, não são só eles. Até sugeri há uns anos às operadoras, que ficasse na fatura, direitos de passagem de taxa zero

por cento, não era isenção, era zero por cento, que é para mostrar que nós não estamos a cobrar nada. Portanto, eu também estaria de acordo, como disse, mas infelizmente não é assim e temos de fazer isto desta maneira.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelto Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de **isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público destinado à atividade de venda ambulante, restauração ou bebidas não sedentária, artística e artesã, de novembro de 2024 a março de 2025;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelto Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de **isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para Estabelecimentos Comerciais e de restauração ou Bebidas, nos meses e novembro de 2024 a março de 2025**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Nós tínhamos falado, aflorarmos de certa forma, um tema que encaixa neste. A partir do momento em que há proposta do executivo no sentido dos estabelecimentos de restauração e bebidas terem isenção de taxa na época baixa, isto é um incentivo a que quem faz contas, principalmente aqueles médios empresários, os grandes, digamos que isto pouca moça lhes fará, agora os pequenos e médios, certamente que vão fazer contas e vão pensar, "ok, se eu tenho um encargo de ocupação da via pública dois mil e quinhentos a três mil euros mês, ou o que seja, se tiver aberto o estabelecimento é menos este encargo que tenho". Portanto há aqui efetivamente, já há alguns anos, não é de agora, a vontade do município expressa naquilo que é esta proposta e esta deliberação no sentido de poder ajudar a quem quer estar aberto, poder estar aberto sem ter este encargo. Há que realçar porque às vezes as pessoas, o ponto passa e não se apercebem daquilo que estamos a falar, com o devido respeito. E aquilo que estamos a falar é isto." -----

Domingos Coelho: "Fico satisfeito que parece que a minha ideia fez caminho. Eu levantei exatamente a questão o ano passado e até me vieram interrogar se eu tinha feito as contas, quanto é que isso ia custar à autarquia, a bancada do PSD, e agora vejo que, de facto, parece que a ideia está a fazer caminho, ou seja, o que devíamos era premiar os estabelecimentos que estão abertos e não dar indiscriminadamente um bónus a quem vai fechar um estabelecimento. Portanto, aquele objetivo de terem estabelecimentos abertos o máximo possível, claro que não podem ser todos, com certeza, na época baixa, não pode se dar, digamos, bónus nestes, tem de ser exatamente ao contrário, premiar os que estão abertos, porque senão todos vão chegar à conclusão de que o deputado Carlos Quintino aqui apontou." -----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente, eu depreendo que quem beneficia desta medida é quem efetivamente ocupa a via pública. Se não houver uma ocupação da via pública, se



tiver fechado e não estiver a ocupar a via pública, não beneficia. É lógico que há estabelecimentos que ocupam sempre a via pública, porque depois têm montado ali uma série de estruturas anti vento, etc., mas depreendo que quem beneficia é quem utiliza, mas faço desde já um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente nesse sentido, se for possível." -----

André Lima: "Exatamente na sequência disto, que o senhor deputado Carlos Quintino referiu, já o ano passado, se não me engano, tinha feito esta referência aqui, que se não ocupam não pagam. Se não pretendem manter os estabelecimentos abertos, pelo menos que desocupem a via pública, que aquela zona que tem lá os tais separadores, que tem aquilo tudo, pelo menos que deixem a população usufruir do espaço e que não estejam a ocupar a via pública, porque nem estão abertos nem deixam as pessoas utilizar." -----

Domingos Coelho: "Penso que era importante o esclarecimento que o deputado Carlos Quintino colocou ao Senhor Presidente, ou seja, o que é que estamos a votar? Parece que há aqui interpretações diferentes." -----

Presidente da Câmara: "O que está é a isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública." -----

Presidente da Assembleia: "O esclarecimento que eu penso que é pedido, é saber se esta isenção é para todos os estabelecimentos ou se é só para aqueles que estiverem abertos. Não sei se entenderam e se estarão esclarecidos, eu porem não estou." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelso Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Carlos Quintino: "Gostaria de fazer aqui uma declaração de voto no sentido de que entendemos perfeitamente aquilo que votámos, já votamos assim durante três anos, mas deixar aqui um apelo, se efetivamente está fechado desocupe, devolva daquele espaço à população, fica esse apelo." -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de **Acordo de Mutação Dominial de vários troços da EN395 e EN270 entre o município de Albufeira e as Infraestruturas de Portugal, S.A**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Adriano Ferrão: "Como antes da ordem de trabalhos assinalai, apraz-me a possibilidade deste acordo que hoje se traz aqui à Assembleia Municipal para ser votado, o acordo de mutação dominial destes vários troços da EN trezentos e noventa e cinco e EN duzentos e setenta entre o município de Albufeira e as Infraestruturas de Portugal SA. Penso que a maior parte das pessoas sabe quais são estas estradas nacionais e as quais, enfim, pelo menos naquilo que diz respeito ao troço entre as Ferreiras e Albufeira é de assinalável importância, nós sabemos da quantidade de acidentes que tem acontecido neste troço, sobretudo no verão, eu cheguei a contactar as autoridades do trânsito que assinalaram na altura já dezassete acidentes e ainda não tinha acabado o Verão. Entroncam vários arruamentos e pequenas estradas municipais que entroncam neste troço e fazem dele deveras uma situação muito perigosa, sobretudo, talvez aquele que é mais sublinhado seja o do café Guerreiro, todos nós que vivemos aqui e que estamos aqui é nas Ferreiras e todos os dias nos deslocamos a Albufeira, sabemos que no sentido de Albufeira Ferreiras, quem quer virar ali à esquerda fica no eixo da via completamente desprotegido, o trânsito que vem por trás só se dá conta, porque aquilo é a seguir a uma pequena curva, só se dá conta que está ali alguém às vezes tarde demais, mesmo para aqueles que vêm de frente, é complicado e ainda há quem saia desse arruamentos para entrar no sentido ascendente, ou seja, no sentido das Ferreiras e cruza toda a via. Enfim, era altura, já há uns anos de fazermos qualquer coisa por isto, no entanto, isto era uma estrada nacional, que pertencia às infraestruturas de Portugal, o município estava limitado e com este acordo, embora ele possa ser, e eu estive a ver os valores que estavam aqui em causa, que, enfim, as



Infraestruturas de Portugal depois também entregam à Câmara para se fazerem algumas obras, possa não ser depois no futuro, uma situação em que a Câmara venha a não ter uma despesa, mas é uma despesa que se justifica não só no sentido da prevenção dos acidentes, como também, por outro lado, de a Câmara, de uma vez por todas poder dignificar a principal entrada de Albufeira. Esperemos que este acordo se venha a verificar e precisa aqui, enfim, da anuência da Assembleia Municipal, que se possa um dia vir a construir ou a terminar aquela fatídica via ou variante que vem depois do IC um e que vem entroncar ali ao pé do café Guerreiro e assim resolver com uma rotunda esta situação da entrada de Albufeira e do trânsito que ali está." -----

Domingos Coelho: "Pedia aqui um esclarecimento, porque a interpretação que eu faço da documentação, o percurso a intervir, a fazer, digamos, esta troca entre aspas não corresponde a este troço completo que o nosso deputado aqui apresentou, portanto, já agora queria que se esclarecesse a situação." -----

Adriano Ferrão: "Ora, só posso pedir desculpa à Assembleia, no meu nome, que por porventura, foi-me dito aqui agora que, estou a interpretar mal, não terá sido esse troço, embora eu continuo aqui a defender que esse é o troço principal que precisa mesmo de uma intervenção." -----

Presidente da Câmara: "O que está aqui em discussão é apenas e só, eu já tive a oportunidade de dizer isso várias vezes, porque estive a analisar bem os mapas, é desde o fim da passagem superior aqui em Ferreiras, por cima da linha férrea até ao Purgatório, que é a estrada três nove cinco. E depois, uma parte aqui já é da Câmara, já é desde a primeira rotunda de Vale Paraíso até aqui à passagem superior já é da Câmara, já se fez obras este ano, por isso é que fez, por isso é que há uns anos fez as duas rotundas, foi a Câmara que fez, não foi a IP. Depois é um pedaço do nó do Purgatório, na estrada duzentos e setenta, que é que ela vai de Messines para Boliqueime, que um bocadinho antes de chegar ao cruzamento do Purgatório até um bocadinho depois da ponte que vai para Paderne. Portanto, o entroncamento da variante de Albufeira com a estrada três nove cinco não está inserido na parte que é agora transferida. Todo o percurso da primeira rotunda de Vale Paraíso até o parque de campismo não está incluída, por acaso, recebi hoje a marcação de uma reunião que tinha pedido no dia vinte e oito de Julho ao senhor Ministro das Infraestruturas e recebi hoje o dia da reunião que vou ter em Lisboa, é no dia vinte e cinco de novembro. Uma das questões que vou precisamente falar é para acabar com a variante e outra é

para eventualmente este troço também ser cedido a Câmara. Eu também se sinto que não tem grande lógica ser assim aos bocadinhos. Não será com o dinheiro que eles vão transferir, que a Câmara vai resolver os problemas da estrada, de maneira nenhuma, não é cento e cinquenta e tal mil euros que resolve seja aquilo que for, mas uma coisa é certa e que temos de ter em conta, é que o estado em que a estrada normalmente está, esta estrada que liga aqui Ferreiras a Paderne, tem um bocado de saltos, as tampas, as ruturas, é um troço com imensas ruturas de água por culpa de quem? Da canalização, do material que foi lá posto há muitos anos, até houve problemas graves com esse material, não sei se se recordam, e agora rebenta constantemente, há remendos e os remendos nunca ficam iguais à outra pavimentação, portanto, a responsabilidade daquele pavimento que está ali é praticamente toda Câmara Municipal, se não fosse da Câmara Municipal eu não aceitava aquele dinheiro, não é suficiente. Agora sendo da Câmara Municipal, acho que é de aceitar, há vários benefícios a fazer, é uma rotunda junto ao Café Guerreiro, está previsto com a ligação da variante à três nove cinco, está previsto no projeto da IP, não é no projeto da Câmara, é no projeto da IP, aqui há uns anos sugeri que se metesse uma lomba no Purgatório que os carros vêm em grande velocidade, não autorizaram. Sugeri também aquele que se alargasse uma das pontes que vai para Paderne. Uma foi alargada e a outra não foi, a outra tem ali um constrangimento, não autorizaram, portanto, eles não autorizaram qualquer obra que se faça. Nós agora temos de ir fazendo, quando a Câmara depois terá que ir fazendo aquilo que for possível, aquilo que for necessário na via. Relativamente à questão da reunião com o Ministro, uma das coisas é precisamente terminar a variante, tal qual como o anterior Governo fez com a variante de Olhão e esqueceu-se desta, que eu tinha apresentado o mesmo problema numa reunião que tive como Ministro das Infraestruturas na altura, falar naquele passadiço entre a Guia e o Shopping, que é um perigo extremo que está ali, porque não há espaço para as pessoas passarem e passa ali imensa gente a pé, porque a requalificação da cento e vinte e cinco, e já disse isso em vários sítios, foi das coisas mais caricatas possa ter acontecido. Nós vemos ali em Boliqueime, os passeios de um lado e, de outro com quase três metros de largura, não passa lá cinco pessoas durante o dia e, no entanto, estão lá os passeios para nada, e ali que passa dezenas de pessoas, não está num único sentido passeio. Portanto, é preciso que se note que não é só nós cá dentro, podemos criticar cá dentro, mas também temos de olhar lá para fora. Depois temos aí a questão dos



treinos para habitação, há bocado falou-se aqui na habitação e este Ministro também é da Habitação, é bom ver que eles falaram na questão da alteração da lei dos solos, isso era extremamente importante para o município de Albufeira. O Município de Albufeira encontrava aí forma de arranjar terrenos que dessem para construção de habitação, porque, neste momento, e já não sei quantos anos, Albufeira não tem um único terreno que dê para construir habitações. Albufeira construiu aquelas quarenta habitações há dois ou três anos, já foram entregues, comprámos mais dezassete que vão ser entregues dentro de pouco tempo, não sei como está o concurso, mas está a correr, e antes disso também já fizemos a custos controlados aqui em Ferreiras. Também é bom que se diga, que isso também conta, foi a custos controlados. Portanto, se os terrenos que a Câmara tem aí, se houver uma alteração da lei dos solos, claro que nós imediatamente temos possibilidade de poder usar solos para construção de casas. Aquelas casas vão ser lançadas, já foi revisto o projeto, já está em condições de ser lançado o concurso, nas Fontainhas, sessenta e cinco casas, era a única pagela de terreno com capacidade construtiva. Albufeira não tem literalmente nada, portanto, não podia ter construído em lado nenhum.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelo Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à **repartição de encargos do Projeto “Inclusão + Algarve para Todos”** -



Aviso ALGARVE - 2024-17 - Parceiras para a Inovação Social, para a implementação e desenvolvimento de projetos de inovação social, pelo valor total de 18.095,19€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Sobre este ponto a deliberar, permita-me colocar a seguinte questão, com que base factual é que decidiu esta Associação In-LoCo formular esta iniciativa, uma vez que a proposta foi sugerida via e-mail, sem qualquer apresentação de um diagnóstico, um estudo das problemáticas e o resultado da proposta." -----

Presidente da Câmara: "A Associação In-LoCo merece a mais forte ovação sobre aquilo que faz, aquilo que tem feito ao longo do Algarve e para o Algarve e para as pessoas do Algarve, a todos os níveis. Portanto, Associação In-LoCo não merece ter esse tipo de dúvida, sinceramente, não merece, é um parceiro já há muitos anos, há muitos anos em vários aspetos, nomeadamente na nossa Algarvensis Geoparque é uma parceira e em variadíssimos aspetos, agora de repente não me lembro mas em variadíssimos, a questão das Aldeias de Portugal, a festa na aldeia, enfim, tudo isso são projetos orientados e iniciados alguns deles por iniciativa da In-LoCo, portanto, merece-nos toda a confiança, e admitamos que tem toda uma responsabilidade, portanto, não vejo dúvida nenhuma nisto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: um (01) Luna Silva -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelto Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro,

conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público para **Execução da Empreitada Remodelação de Rede de Abastecimento de Água Páteo - Guia**, pelo valor 1.662.147,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelto Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público para **Fornecimento de 3 Autocarros elétricos, equipados para o transporte coletivo de crianças**, pelo valor de 990.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Otelto Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, referente à **repartição de encargos do Concurso Público para Fornecimento de três Autocarros e duas Viaturas Ligeiras de 9 lugares, todos equipados para o transporte coletivo de crianças**, com bancos amovíveis para transporte de cadeira de rodas e plataforma elevatória de acesso, pelo valor de 1.290.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Oteló Cabrita, Mónica Coimbra, Paulo Severino, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Carla Valério, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Brito Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

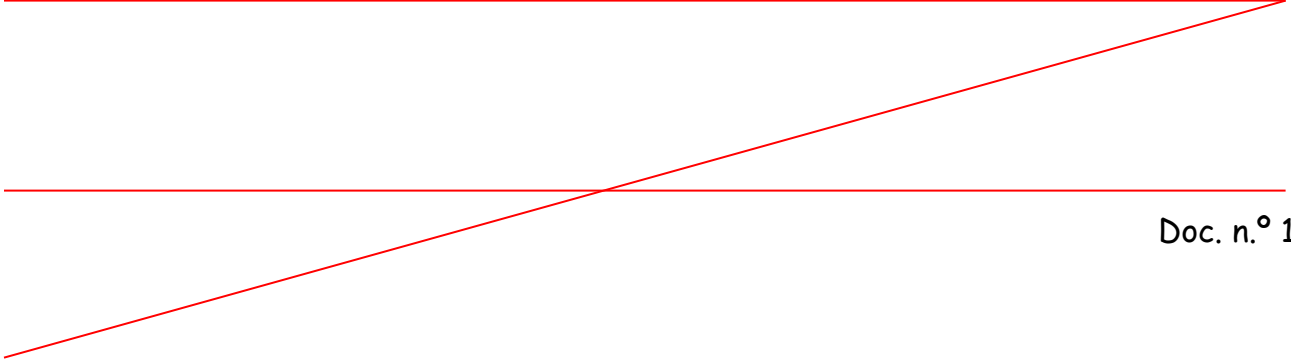
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 21:40 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 28 de outubro de 2024 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Doc. n.º 1

De: Cristiano José da Ponte Cabrita
Enviado: 3 de outubro de 2024 09:46
Para: Assembleia Municipal de Albufeira; foliveiralaw
Cc: Assembleia Municipal de Albufeira; Sónia Maria Roque Faria Brandão
Assunto: Informação à Digníssima Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,
Dr. Francisco Oliveira,

Eu, Cristiano José da Ponte Cabrita, Vereador desta Câmara Municipal, atualmente a desempenhar funções em regime de tempo inteiro, sem exclusividade, venho por este meio informar a Digníssima Assembleia Municipal do seguinte:

- ao abrigo do disposto nos artigos 6º e 7º da Lei 52/2019 de 31 de julho, conjugado com o disposto no nº1, do artigo 3º e o nº4 do artigo 7º da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, desempenharei pontualmente o cargo de professor convidado, sem renumeração (**regime pro bono**), em Instituição de Ensino Superior (Instituto de Estudos Políticos- Universidade Católica Portuguesa), sem dedicação exclusiva, sem vínculo permanente e sem obrigatoriedade plasmada no Estatuto da Carreira de Docente Universitário.

Com os melhores cumprimentos,
Cristiano Cabrita
Vice-Presidente da Câmara Municipal
Vice.presidente@cm-albufeira.pt
Tel.289 599 542

